

Por um Tema Sinfônico: um Mapeamento da Fundação da *United States Information Agency*, 1939-1953

Júlio Barnez Pignata Cattai

Resumo: No presente trabalho discutimos o processo que culminou com a fundação da *United States Information Agency* (USIA), agência responsável pela coordenação dos programas de propaganda cultural não secretos do governo dos Estados Unidos da América (EUA). Tais programas passaram, paulatinamente, a ocupar maior espaço na composição da política externa desse país, na medida em que os círculos superiores norte-americanos vinham atribuindo uma crescente importância às operações que visavam uma aproximação das audiências internacionais aos valores positivos do modo de vida nos EUA. O intuito era de que o país pudesse, também por esse meio, granjear governos estrangeiros às posições norte-americanas na Guerra Fria. A atuação da nova agência se deu no âmbito das disputas entre os governos dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em programas de propaganda cultural – naquilo que a historiografia tem chamado de “Guerra Fria Cultural” (*Cultural Cold War*). Isto é, em operações calcadas numa gama variada de atividades culturais, tais como o intercâmbio intelectual e técnico, a fundação de livrarias, a tradução e distribuição de determinados títulos, a organização de grupos intelectuais, de palestras, de seminários, de exposições artísticas, a publicação de revistas e panfletos, a veiculação de material de propaganda em rádios e jornais e assim por diante. Nesse sentido, na presente análise, discutimos com uma bibliografia e analisamos documentação norte-americana concernentes à Guerra Fria Cultural, particularmente no que se referem às atividades que a USIA viria a coordenar após sua fundação e às maneiras que tais atividades vinham sendo pensadas pelos sucessivos governos nos Estados Unidos desde a Segunda Guerra – o que viria a influir na maneira que a nova agência deveria pensar sua atuação. Portanto, em atenção ao fato de que a fundação da nova agência corresponde a um ponto fulcral de um debate, não precisamente claro e sistematizado, que se vinha realizando nos EUA, desde o imediato pós-guerra, sobre o papel a ser desempenhado pelas atividades de propaganda cultural na política externa do país, pretendemos uma análise desse processo de fundação da USIA. Assim, intentamos mapear tal processo, de modo que seja possível, inclusive, perceber a importância da nova agência na elaboração de diretrizes da política externa norte-americana nos anos de Guerra Fria. Após enfrentar resistências de alguns setores da política norte-americana – como o Congresso, por vezes, demonstrou, sobretudo no imediato pós-guerra –, com a fundação da *United States Information Agency*, em 1.º de junho 1953, pela administração do presidente Dwight D. Eisenhower, as operações de propaganda cultural não secretas alcançaram um novo patamar na política externa do país, contando com uma coordenação e lógica de atuação tais que passou a ser possível, então, contar uma mesma história sobre a vida e os valores dos Estados Unidos no estrangeiro.

Palavras-chave: Estados Unidos – Guerra Fria Cultural – propaganda – *United States Information Agency*.

Este estudo¹ pretende-se um mapeamento da fundação, em junho de 1953, da agência de informação e propaganda do governo norte-americano, a *United States Information Agency* (USIA), inserida num quadro mais amplo de reestruturação das operações ideológicas² promovida pela administração do presidente Dwight D. Eisenhower.

O trabalho da USIA esteve calcado na utilização de operações ideológicas secretas, isto é, atividades não atribuídas, cuja fonte não era informada ou era designada como não sendo de órgãos oficiais do governo dos Estados Unidos, e não secretas, cujo objetivo era influenciar opiniões, atitudes, emoções e comportamentos de grupos estrangeiros – e da opinião pública de maneira geral – de forma que viessem a apoiar a consecução dos objetivos do governo daquele país na Guerra Fria.

O lugar e função oferecidos à agência na política externa norte-americana, a despeito da importância que a administração Eisenhower atribuiu-lhe em sua fundação, eram apoiados com reservas ou, como aconteceu algumas vezes, particularmente no início de suas atividades, encontravam oposição por parte dos serviços governamentais de inteligência³ ou pelo Congresso. A reserva por parte de tais órgãos vinha no bojo de uma tradição de desconfiança em relação às atividades ideológicas não secretas – em particular no que se relacionava ao uso de propaganda na ação política – de que o governo norte-americano lançara mão desde a Primeira Guerra Mundial e sistematizadas com especial atenção durante a Segunda Guerra⁴. Foi da utilização de atividades ideológicas nas duas Grandes Guerras que a *United States Information Agency* herdou, em parte, sua lógica de atuação e até mesmo sua estrutura de funcionamento.

Nesse sentido, para que se possa compreender não apenas a fundação da USIA, mas também seu papel na composição da política externa norte-americana e sob qual lógica de atuação foi estruturada, é preciso voltar às posturas adotadas pelo governo dos EUA em relação às atividades ideológicas desde a Segunda Guerra Mundial, quando lhes deu maior consideração.

Os programas do governo dos Estados Unidos envolvendo atividades ideológicas remontam à Primeira Guerra Mundial com as atividades do *Committee on Public Information* (CPI), fundado em abril de 1917, pelo então presidente Woodrow Wilson. O comitê, cuja coordenação coube a George Creel, voltava seus esforços de propaganda para o interior dos EUA, no intuito de demonstrar o esforço de guerra do país, mas não tardou a incluir as audiências estrangeiras no empreendimento⁵. Até princípios da Guerra Fria, em 1947, tais programas funcionavam de maneira mais ou menos improvisada, respondendo às necessidades imediatas dos negócios norte-americanos no estrangeiro. Ainda assim, uma lógica de funcionamento e importantes esforços de montagem e execução apenas tiveram lugar durante a Segunda Guerra, com a fundação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) e do *Office of War Information* (OWI), agências coordenadas, respectivamente, por Nelson Rockefeller e Elmer Davis⁶.

Durante a Segunda Grande Guerra, em particular após a ocupação da França pelo exército alemão, em 1941, o governo norte-americano viu, na crescente penetração econômica e cultural das forças do Eixo nos países latino-americanos, uma ameaça à sua segurança interna e aos seus interesses econômicos na região. O OCIAA surgiu, em agosto de 1940, dessa preocupação, tendo um grupo liderado pelo próprio Rockefeller elaborado um plano de atuação para a nova agência: a ideia era contrabalancear o avanço da influência do Eixo por meio de uma estreita cooperação (econômica e cultural) com todos os países da América Latina, assegurando, desse modo, a segurança dos Estados Unidos e a prevalência de seus interesses na região⁷.

Assim, a agência de Nelson Rockefeller buscou articular problemas econômicos a uma gama variada de atividades ideológicas. No Brasil, por exemplo, as atividades do OCIAA

funcionavam com o apoio da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro e de um Comitê de Coordenação composto por empresários⁸, concentrando-se, sobretudo, em três áreas principais: alimentação, saúde e informação.

A área de informação, de que nos ocupamos em especial, estava encarregada das operações ideológicas. Veiculou nas imprensas brasileira e norte-americana, por exemplo, notícias que demonstravam uma histórica colaboração e laços enraizados de amizade entre os povos do Brasil e dos Estados Unidos. Para tanto, negociou a produção e distribuição de material com agências internacionais de notícias, como a *United Press* e a *Associated Press*, e com os principais jornais brasileiros; facilitou a criação da revista *Seleções*, versão brasileira da revista norte-americana *Reader's Digest*; publicou o periódico *Em Guarda*; negociou com a indústria cinematográfica de Hollywood a produção de filmes que não apenas evitassem críticas aos valores e à vida nos EUA, mas apresentassem uma imagem favorável de tais aspectos e promoveu intercâmbios de personalidades do cinema dos Estados Unidos e da América Latina; incrementou a estrutura de transmissão e de programação de rádios para a região; e dinamizou os institutos da União Cultural Brasil-Estados Unidos (UCBEU), fundados ainda em 1938, trazendo para tais centros atividades culturais das mais diversas, como palestras, concertos musicais, ensino de língua e cursos nas áreas de História, Artes, Música e Cultura, difundindo a vida e os valores da sociedade norte-americana entre os brasileiros⁹.

Outra frente importante de propaganda norte-americana no mundo e cujo trabalho assemelhava-se àquele executado pelo OCIAA, era operada pelo *Office of the Coordinator of Information* (OCI¹⁰), fundado em julho de 1941 e chefiado por William Donovan. O OCI possuía um órgão de inteligência e de atividades especiais (mais tarde, *Office of Strategic Service*, a partir do qual, em 1947, estruturou-se a *Central Intelligence Agency*) e um serviço estrangeiro de informação, o *Foreign Information Service* (FIS). Sob a chefia de Robert Sherwood, o FIS abriu alguns postos de propaganda e informação ao redor do mundo, conhecidos por *United States Information Service* (USIS), além de ter lançado a *Voice of America* (VOA), serviço de rádio que transmitia notícias e propaganda em algumas línguas¹¹.

Em julho de 1942, o presidente Franklin Roosevelt fundou uma nova agência, o *Office of War Information* (OWI), sob a chefia de Elmer Davis, no intuito de unificar as atividades de informação e propaganda do governo dos Estados Unidos (à exceção das atividades na América Latina, uma vez que Rockefeller conseguiu garantir, à sua agência, exclusividade de atuação). O OWI, entre outras atividades, promoveu a distribuição mundial de jornais, revistas (como a *Reader's Digest*), livros e filmes e incrementou os serviços de transmissão radiofônica da VOA. Criou bibliotecas e abriu, no estrangeiro, vinte e seis novos postos do USIS, que contavam com espaço para exibição de filmes, salas de leitura e de conferências e um serviço de distribuição diária de notícias¹².

Com essas agências, portanto, ao longo da Segunda Guerra, as operações ideológicas do governo norte-americano ganharam uma significativa extensão e profundidade, tendo permitido, como efeito de sua lógica de funcionamento, o estreitamento de laços com grupos locais: negociação com jornalistas e editores de jornais da produção, distribuição e veiculação de notícias sobre a vida nos Estados Unidos, a organização de comitês locais para produção de publicações, fotografias e revistas que divulgassem o estilo de vida americano e respondessem à população suas questões a respeito dele, além de canais abertos pelo intercâmbio artístico e técnico e pelos institutos da UCBEU.

Mesmo com toda estrutura estabelecida e articulada por meio das atividades das agências de Rockefeller e Davis, as práticas de operação ideológica seriam, em grande medida, interrompidas com o fim da Segunda Guerra, porque os círculos superiores de poder do governo dos Estados Unidos continuavam vacilantes quanto ao uso de propaganda em tempos

de paz. Ademais, no fim do conflito, a maioria republicana do Congresso não apenas desejava uma redução de gastos do governo federal como via com desconfiança as agências de informação e propaganda, cujos funcionários, em grande parte, eram partidários do Partido Democrata. Esses fatores impediam um planejamento de longo prazo para tais operações¹³.

Com o fim da guerra, as agências que lidavam com operações ideológicas, entre elas o OCIAA e o OWI, foram abolidas por ordem do presidente Harry Truman. Todavia, o Presidente não operou a completa desestruturação da máquina de propaganda como fizera, Woodrow Wilson, em 1919, ao fim da Primeira Guerra. Truman, em que pese o futuro incerto de tais operações, manteve algumas das atividades não secretas no *Interim International Information Service*¹⁴, estruturado no interior do Departamento de Estado, sob a direção de William Benton¹⁵.

Pouco depois do fim do conflito, com a ascensão de um novo quadro político nas relações internacionais, isto é, a Guerra Fria, as operações ideológicas viriam a ser reconsideradas pelo governo norte-americano.

Em 1947, Truman assinou o *National Security Act* (NSA), adequando, entre outras questões, os seus serviços de relações exteriores e de inteligência à diretiva ideológica da Doutrina Truman (de que os Estados Unidos deveriam “*dar suporte às pessoas livres que estão resistindo às tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas*”), proclamada em março daquele ano. Essa reorganização abria caminho para o estabelecimento de um novo plano de condução das operações ideológicas, cuja ênfase eram as atividades secretas. Assim, com o NSA, ficaram estabelecidos a *Central Intelligence Agency* (CIA), responsável pelas operações ideológicas secretas, e o Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council*) – NSC – composto pelos principais membros dos órgãos¹⁶ da estrutura de Estado norte-americano e cujo trabalho era, grosso modo, compor as diretrizes da política externa do país¹⁷.

Uma das primeiras medidas do novo Conselho de Segurança Nacional, presentes no documento NSC-4, foi solicitar ao Departamento de Estado – assim como à CIA, mas para operações secretas (NSC 4-A) – que dinamizasse e melhor coordenasse os programas de propaganda remanescentes da Segunda Guerra Mundial¹⁸. O NSC intencionava, com isso, responder à iniciativa do governo da União Soviética no campo da propaganda cultural, cujos ataques ao modo de vida nos Estados Unidos afetavam a imagem e os interesses do país no plano internacional. Consequentemente, fundou-se o *Interdepartmental Coordinating Staff* (ICS), sob a direção do Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Públicos do Departamento de Estado, com o trabalho de desenvolver operações ideológicas não secretas e coordenar as atividades das agências que lidavam com tais operações¹⁹.

No início de 1948, como efeito também da Doutrina Truman, o Congresso dos Estados Unidos dedicou atenção especial aos programas de propaganda, calcados em atividades ideológicas não secretas. No interior do Poder Legislativo norte-americano, formou-se um grupo de investigação de tais operações, encabeçado pelos senadores Karl Mundt e Alexander Smith, que, posteriormente, visitaram órgãos no estrangeiro, como os postos do *United States Information Service*, responsáveis por atividades ideológicas não secretas. Em janeiro de 1948, o Congresso formalizou um projeto de lei, assinado pelo presidente Truman ainda naquele mês. A *Public Law 402*, também conhecida por *The Information and Educational Exchange Act* ou como *The Smith-Mundt Act*, tinha, entre outros objetivos, promover uma melhor compreensão, pelos povos estrangeiros, da vida e dos valores norte-americanos, ficando suas atividades sob a responsabilidade do Departamento de Estado. Para atingir esses objetivos, o *Smith-Mundt Act* previa o estabelecimento de um serviço de informação – ou melhor, de propaganda cultural dos valores da democracia e da livre iniciativa – que disseminasse, no estrangeiro, informações sobre os Estados Unidos, seu povo e as políticas promulgadas por

seu Presidente, pelo Secretário de Estado, pelo Congresso e por oficiais do governo envolvidos com assuntos estrangeiros. O mais importante, contudo, era que a nova lei fixava as operações ideológicas como parte permanente da política externa dos Estados Unidos²⁰.

O plano de recuperação econômica oferecido pelos Estados Unidos aos países europeus aliados ao seu regime (Plano Marshall), nesse início de pós-guerra, também abriu possibilidades de emprego de operações ideológicas não secretas (posteriormente atividades secretas foram incluídas). Assim, a agência *Economic Cooperation Administration* (ECA), fundada pelo Congresso, em abril de 1948, com a função de supervisionar a aplicação de recursos do Plano Marshall, também passou a disseminar, nos meios de comunicação impressa da Europa e nos serviços de rádio da *Voice of America* e de publicação do Departamento de Estado, notícias favoráveis aos EUA²¹.

De acordo com o historiador Scott Lucas, em artigo em que discute as operações ideológicas do governo norte-americano, as atividades ideológicas secretas e não secretas, pelo início de 1948, podiam ser consideradas como parte integrante da política norte-americana de contenção do comunismo soviético, propugnada por George Kennan, em seu *Longo Telegrama* de 1946. Todavia, afirma Lucas, os órgãos de governo do país e o próprio Kennan, então diretor do *Policy Planning Staff* (PPS) do Departamento de Estado, passaram a considerar uma diretriz de política externa na qual as operações ideológicas poderiam não limitar-se apenas à contenção do comunismo, conforme estabelecera o *Longo Telegrama*, mas também ser promotoras de políticas que solapassem as bases do regime soviético, em todo mundo²².

Nesse caminho, o PPS de Kennan auxiliou o Departamento de Estado a promover uma política mais agressiva em relação a Moscou, enfatizando as operações ideológicas secretas. Seguindo esse entendimento, o Conselho de Segurança Nacional fundou o *Office of Policy Coordination* (OPC), em 1951, com a função de desenvolver e supervisionar quaisquer atividades secretas relativas a: “*propaganda; guerra econômica; ação preventiva direta (...); subversão contra Estados hostis (...), e apoio a elementos anticomunistas locais em países ameaçados do Mundo Livre.*”²³

Algum tempo depois, em 1950, o presidente Truman solicitou ao Conselho de Segurança Nacional uma avaliação das práticas do governo nos assuntos internacionais, buscando adequá-las às exigências da Guerra Fria. Resultado dessa avaliação, o NSC documento-68 apontava, assim como Kennan, para a necessidade de uma grande mobilização do governo norte-americano no sentido de promover uma oposição sistemática à União Soviética²⁴. De certo modo, a *Campanha da Verdade*, de Truman²⁵, proclamada em abril daquele ano, era, também, uma demonstração de que a Casa Branca estava disposta a calcar sua política externa não apenas na contenção e na “segurança nacional”.

Entretanto, a coordenação e planejamento interdepartamentais das operações ideológicas não secretas, então responsabilidade do *Interdepartmental Foreign Information Staff* (IFIS)²⁶, que substituíra o ICS, em março de 1950 (NSC 59/1)²⁷, não estavam progredindo. Pouco depois, o início da Guerra na Coreia evidenciou ainda mais essa situação: embora o grupo interdepartamental de consulta do IFIS, o *Interdepartmental Foreign Information Organization* (IFIO), tenha se expandido e fortalecido em um novo órgão, o *National Psychological Strategy Board*, os programas de informação e propaganda, como os operados pelos postos do *United States Information Service* e as operações secretas do governo dos Estados Unidos, não possuíam uma coordenação efetiva que lhes permitisse criar dificuldades para as frentes militares apoiadas ou sustentadas por Moscou e responder à propaganda soviética criando um clima de apoio dos países europeus à política externa norte-americana.

A questão para o Presidente norte-americano passou a ser, então, a criação de um órgão que coordenasse todas as atividades ideológicas (secretas e não secretas) do governo, postas em prática até ali, pela CIA, pela ECA, pelos serviços militares, pelo Departamento de Estado e pelo OPC²⁸. A despeito das relutâncias do Congresso, em oferecer recursos para programas desse tipo, e do Departamento de Estado, que não acreditava ser necessária uma agência independente, uma vez que o *National Psychological Strategy Board* realizaria esse serviço de coordenação, Truman acatou a sugestão da CIA e do Departamento de Defesa e criou, em abril de 1951, o *Psychological Strategy Board* (PSB). A função do novo PSB, fundado como órgão autônomo na estrutura administrativa norte-americana, seria coordenar as operações ideológicas do país.

Embora o PSB funcionasse, na realidade, como um comitê composto por membros das principais agências de produção de inteligência do governo norte-americano (CIA, Departamentos de Estado e de Defesa), a coordenação e planejamento interdepartamentais das operações ideológicas alcançaram um lugar muito mais importante do que o IFIS e, antes dele, o ICS haviam alcançado na estrutura decisória da política externa dos Estados Unidos. De fato, o novo órgão deveria responder somente ao Conselho de Segurança Nacional e ao Presidente²⁹.

No ano seguinte, 1952, o tema “operações ideológicas” ocupou espaço importante na corrida presidencial, em especial na plataforma do candidato Dwight D. Eisenhower, que argumentava em favor de uma expansão de tais operações pelo governo, criticando a “timidez” das políticas de Truman nessa área. O historiador da Universidade de Harvard e ex-membro do *Office of Strategic Service* (OSS), Arthur M. Schlesinger, avaliava que a administração Truman havia, de fato, pensado as atividades ideológicas apenas como uma frente auxiliar às práticas da diplomacia e do poder militar norte-americanos. Truman somente teria se convencido de que tais operações representavam uma arma independente, poderosa por si só, e que poderiam assumir o lugar da diplomacia e do militarismo, mudando toda a atmosfera política da Guerra Fria, em favor dos EUA, quando o fim de seu mandato estava próximo³⁰.

Possivelmente, a avaliação do historiador era correta, uma vez que, a despeito dos esforços da administração do democrata, o lugar ocupado pelas operações ideológicas na política externa do país, no início dos anos 1950, continuava impreciso. A eleição de Eisenhower modificaria a situação. Vencedor no pleito, o novo Presidente, no intuito de reestruturar as atividades ideológicas do governo, nomeou seu assistente especial o executivo da editora *Time Inc.*, C. D. Jackson, e criou o *President's Committee on Foreign Information Activities*, o *Jackson Committee*³¹, sob a chefia de William H. Jackson.

A ênfase que a administração Eisenhower propunha às operações ideológicas apontava, aparentemente, para uma maior relevância do *Psychological Strategic Board*, responsável pela coordenação de tais operações. No entanto, a análise da atuação do órgão pelo *Jackson Committee* levou à sua substituição, uma vez que concluiu que as atividades ideológicas e aquelas que, prescindindo de operações de guerra, o governo norte-americano dispunha para alcançar seus objetivos no plano internacional estavam calcadas, cada uma, em conceitos diferentes, criando um conflito de coordenação. Em outras palavras, existiria uma estratégia ideológica à parte das operações oficiais de propaganda, diplomacia, pressão econômica e militar³².

Por sugestão do comitê e de seu assistente especial, C. D. Jackson, o PSB foi extinto pelo Presidente, sendo substituído, em 1953, por um novo órgão, o *Operations Coordinating Board* (OCB), responsável pela coordenação das políticas de segurança nacional, incluindo as operações ideológicas realizadas pelas diversas agências e departamentos governamentais.

Assim, era atendido o desejo de que se criasse um clima de opinião favorável aos EUA no estrangeiro.

As atividades executadas por diversos órgãos do governo norte-americano, como os programas de propaganda desenvolvidos pelos serviços militares ou pela *International Information Agency*³³, deveriam, portanto, ser coordenadas pelo novo OCB³⁴. No entanto, outros comitês haviam sido fundados com a função de investigar os programas de informação do governo: um na Casa Branca (chefiado por Nelson Rockefeller, que permanecia figura importante na estrutura decisória da política externa do país), um na Câmara e dois no Senado. Esses comitês, incluindo o *Jackson Committee*, apontaram, indo ao encontro dos anseios de John Foster Dulles, para a necessidade da fundação de uma nova agência de “informação”, independente do Departamento de Estado. O novo Secretário de Estado, Dulles, desejava livrar seu Departamento do trabalho com operações ideológicas, uma vez que intencionava dedicar-se exclusivamente aos instrumentos convencionais de política externa (diplomacia, pressão econômica e militar etc.)

Em 1.º de junho de 1953, como resultado desse amplo plano de reestruturação das operações ideológicas, o presidente Eisenhower enviou ao Congresso um plano de reorganização (*Reorganization Plan* n.º 8), criando a *United States Information Agency* (USIA), agência independente que deveria reunir sob seu controle todos os programas informais internacionais, como os programas de intercâmbio cultural e técnico (operados por diversos órgãos, como os Departamentos de Estado e de Defesa).

Em 1.º de junho de 1953, em acordo com o Ato de Reorganização de 1949, o Presidente envia ao Congresso o Plano de Reorganização n.º 8, o qual estabelece a *United States Information Agency* como uma organização separada no braço executivo do governo e transfere ao Diretor da nova agência muitas das funções investidas pelo Secretário de Estado pela Lei Pública 402, o Ato Smith-Mundt.

Ordem Executiva 10477, decretada em 1 de agosto de 1953, relativa ao Plano de Reorganização n.º 8, autoriza o Diretor da Agência exercer certas autoridades disponíveis por lei ao Secretário de Estado, incluindo muitas das provisões administrativas do Ato do Serviço Estrangeiro de 1946; (...) autoridade para transferir, adquirir, usar e dispor das instalações de radiodifusão internacional sob o Ato de 9 de julho de 1949; e certas autoridades menores³⁵.

A nova agência pôde, além do que previa o plano de Reorganização, fazer uso das antigas estruturas legadas pelo OCIAA, de Nelson Rockefeller, e pelo OWI, de Elmer Davis, em particular os postos do *United States Information Service* – integrados a ela, após o plano de reorganização de Eisenhower – com seu serviço diário de distribuição de notícias (conhecido por *Wireless File*) e com a *Voice of América*, transmitida em dezenas de línguas, inclusive o português. Além disso, uma lógica de atuação dessas agências se manteve: cabia aos oficiais da USIA – sobretudo a partir dos postos USIS, fundados como, por exemplo, no Rio de Janeiro – diagnosticar as predisposições dos povos estrangeiros em relação aos Estados Unidos e influenciá-los de maneira que se tornassem mais receptivos ao *American Way*. Aproximavam-se, para tanto, dos donos de jornais, rádios e revistas, editores, colunistas e repórteres, distribuindo livros (muitos deles, traduzidos pela própria agência), periódicos e notícias, com o intuito de influenciar o conteúdo do que seria publicado por esses meios de comunicação³⁶.

Assim, com o início do trabalho da *United States Information Agency* e sob o esforço de coordenação do OCB, um antigo desejo do governo norte-americano quanto a operações ideológicas, desde a administração Truman, era alcançado ou aproximava-se disso: que essas operações possuíssem coordenação, estrutura e lógica de funcionamento tais que pudessem “contar” uma mesma história sobre as vantagens da vida e dos valores da vida nos Estados Unidos, evitando dar oportunidade aos ataques da propaganda soviética e um desgaste da imagem dos EUA e de seus oficiais no estrangeiro.

Parafrazeando C. D. Jackson, Assistente Especial de Eisenhower, que, de maneira representativa, expressou esse desejo: as atividades ideológicas, ao menos aquelas reunidas sob a coordenação e lógica de atuação da USIA, passaram a compor um tema sinfônico que poderia então ser ouvido e apreciado em todo o mundo³⁷.

Referências

AGEE, Philip. *Inside the company: CIA diary*. New York: Bantam Books, 1975.

_____. and WOLF, Louis. (ed). *Dirty Work: the CIA in Western Europe*. (Secoucus, N. J.: Lyle Stuart, 1978.)

BERTONHA, João Fábio. Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943. Disponível em: <[http://www.eventos.uepg.br/ojs2_revistas/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=159&path\[\]=90](http://www.eventos.uepg.br/ojs2_revistas/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=159&path[]=90)>. Acesso em: 2 de fev. 2010.

BOGART, Leo. *Premises for Propaganda: the United States Information Agency's Operating Assumptions in the Cold War*. The Free Press, New York; Colier Macmillan Publishers, London, 1976.

BRANDS, H. W. *The Devil We Knew: America and the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency: American Propaganda and Public Diplomacy, 1945-1989*. Cambridge Studies in the History of Mass Communication. New York, NY: Cambridge University Press, 2008.

DIZARD, Wilson P. *Inventing public diplomacy: the story of the U. S. Information Agency*. Lynne Rienner Publishers, Boulder, London, 2004.

GADDIS, John Lewis. *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*. (1972; 2nd. ed., 2000).

_____. *We Now Know: Rethinking Cold War*. New York, Oxford University Press, 1997.

GALDIOLI, Andreza da Silva. *A Cultura Norte-americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, UNICAMP e PUC-SP, 2008.

HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World (1945-1954)*. Wilmington: SR Books, 1989.

HENDERSON, John W. *The United States Information Agency*. Frederick A. Praeger, Publisher, New York, Wahington, London, 1969.

KENNAN, George. *The Sources of Soviet Conduct*. Disponível em: <<http://www.historyguide.org/europe/kennan.html>>. Acesso em: 11 de fev. 2009.

LUCAS, Scott. Campaigns of Truth: The Psychological Strategy Board and American Ideology, 1951-1953. *The International History Review*, Vol. 18, No. 2 (May, 1996).

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POWERS, Richard Gid. *Not Without Honor: the History of American Anticommunism*. Yale, Yale University Press, 1998.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. In: *Revista USP*. São Paulo – n.º 26, p. 52-61, jun-ago de 1995.

RICHARDS, Pamela Spence. Information for the Allies: Office of War Information Libraries in Australia, New Zealand, and South Africa. *The Library Quarterly*. Vol. 52, No. 4 (Oct., 1982), pp. 325-347.

SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem Pagou a Conta?*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SNOW, Nancy. *Propaganda Inc.: selling America's culture to the world*. Seven Stories Press, New York, 1998.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Org.). *O Século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2004.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WHITFIELD, Stephen J. *The Culture of the Cold War (The American Moment)*. Maryland, The Johns Hopkins University Press, 2.^a ed., 1996.

WILFORD, Hugh. *The Mighty Wurlitzer: how CIA played America*. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, London, England, 2008.

¹ Este estudo é um desprendimento de um dos capítulos de minha dissertação de mestrado.

² Neste artigo, utilizaremos o termo “operações ideológicas” para designar o trabalho da USIA. A documentação do governo norte-americano, assim como a literatura que versa sobre a agência, faz uso dos termos “operações ideológicas”, “guerra psicológica”, “propaganda” e “informação” como correlatos, isto é, não há uma definição precisa quanto ao termo que melhor expressa os tipos de atividades praticadas pela agência ou mesmo pela *Central Intelligence Agency* (CIA).

³ Como a *Central Intelligence Agency* (CIA), o Departamento de Estado, Conselho de Segurança Nacional (NSC).

⁴ National Archives and Records Administration. CREST Documents (CIA Records Search Tool). General CIA Records., ESDN: CIA-RDP86B00269R000900020001-9. Memorando “The Development of American Psychological Operations, 1945-1951”, de 19 de dezembro de 1951, escrito por Ph.D. Edward P. Lilly, p. 12.; CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*, p. 22.

⁵ Fundou-se no interior do CPI, para tanto, um Foreign Section com três divisões: *Wirelles and Cable Service*, *Foreign Press Bureau* e *Foreign Films Division*. Em termos comparativos entre as operações da Primeira Guerra e as da Segunda, é curioso notar que o *Creel Committee*, como o CPI também era conhecido, pressionava os jornais para que publicassem suas matérias, utilizando-se de uma estratégia que, anos depois, o OCIAA de Rockefeller iria lançar mão: os jornais que não publicavam seu material passavam a encontrar dificuldades de

conseguir papel dos EUA. Cf: CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*

⁶ Idem e SNOW, Nancy. *Propaganda Inc.: selling America's culture to the world*. Seven Stories Press, New York, 1998.

⁷ TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2000 e PRADO, Maria Lígia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. In: *Revista USP*. São Paulo – n.º 26, p. 52-61, jun-ago de 1995.

⁸ A cidade de São Paulo também possuía uma agência do OCIAA e outras capitais estaduais tinham subcomitês.

⁹ GALDIOLI, Andreza da S. *A Cultura Norte-americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhaça*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, 2008, pp. 123 e ss; MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 31 e ss. e TOTA, Antonio Pedro. *Op. Cit.*

¹⁰ Em alguns autores, o *Office of the Coordinator of Information* é designado pela sigla COI.

¹¹ CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*

¹² HENDERSON, John. W. *The United States Information Agency*. Frederick A. Praeger, Publisher, New York, Wahington, London, 1969; RICHARDS, Pamela Spence. Information for the Allies: Office of War Information Libraries in Australia, New Zealand, and South Africa. *The Library Quarterly*. Vol. 52, No. 4 (Oct., 1982), pp. 325-347 e TOTA, Antonio Pedro. *Op. Cit.*

¹³ National Archives and Records Administration. CREST Documents (CIA Records Search Tool). General CIA Records., ESDN: CIA-RDP86B00269R000900020001-9.. *Op. Cit.*

¹⁴ O *International Information Service* funcionou até o fim de 1945. No início de 1946, fundou-se, também no interior do Departamento de Estado, o *Office of International Information and Cultural Affairs* (OIC), sob a direção de Benton. Em 1947, o OIC foi finalmente renomeado para *Office of International Information and Educational Exchange*.

¹⁵ CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*, pp. 22 e ss.

¹⁶ O Conselho de Segurança Nacional era composto pelo Presidente, vice-presidente, secretário de estado, secretário de defesa, diretor da CIA, diretor do *Office of Emergency Planning*, presidente do *Joint Chief of Staff* e membros *ad hoc*, como o diretor da USIA. Cf: AGEE, Philip. *Inside the company: CIA diary*. New York: Bantam Books, 1975, p.653.

¹⁷ POWERS, Richard Gid. *Not Without Honor: the History of American Anticommunism*. Yale, Yale University Press, 1998. Vale notar que essa ênfase sobre as operações ideológicas secretas também havia sido dada quando a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim. Embora o *Office of Strategic Service* (OSS), responsável pelas operações secretas durante a guerra, tenha sido fechado, suas operações foram rapidamente reestruturadas no interior da CIA.

¹⁸ Como os postos do *United States Information Service* (USIS), os serviços de transmissão da *Voice of America* (VOA) – a ambos ligados ao extinto OWI – e os serviços de rádio das Forças Armadas.

¹⁹ Memorando, de título “The Development of American Psychological Operations, 1945-1951”, *Op. Cit.*, pp. 34 e National Archives and Records Administration, RG 273, Records of the National Security Council, NSC Minutes, 4th Meeting. Washington, December 9, 1947. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-4.htm>>. Acesso em: 30 de out. de 2010. e HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World (1945-1954)*. Wilmington: SR Books, 1989.

²⁰ United States Code Materials. Title 22. Foreign Relations and Intercourse. Chapter 18. United States Information and Educational Programs, pp. 1431-1480. Disponível em: <<http://vlex.com/source/us-code-foreign-relations-intercous-1021/toc/19>>. Acesso em: 30 de out. de 2010. e DIZARD, Wilson P. *Op. Cit.*

²¹ LUCAS, Scott. Campaigns of Truth: The Psychological Strategy Board and American Ideology, 1951-1953. In: *The International History Review*, Vol. 18, No. 2 (May, 1996).

²² Por exemplo, o Secretário de Estado, George Marshall esclarecia aos embaixadores norte-americanos que, em última instância, a intenção do governo nos Bálcãs era promover nações livres e democráticas. O Conselho de Segurança Nacional considera ser necessário uma ofensiva mundial contra os comunistas. O presidente Truman, por sua vez, acreditava que somente a força dos EUA poderia salvar o mundo do totalitarismo e do ateísmo. Idem, p. 284. Cf. KENNAN, George. *The Sources of Soviet Conduct*. Disponível em: <<http://www.historyguide.org/europe/kennan.html>>. Acesso em: 11 de fev. 2009.

²³ Do inglês: propaganda; economic warfare; preventive direct action (...); subversion against hostile states (...), and support of indigenous anti-Communist elements in threatened countries of the Free World. LUCAS, Scott. *Op. Cit.*, pp. 284-285.

²⁴ Deve-se fazer uma ressalva de que, enquanto o NSC-68 enfatizava o poderio econômico e militar norte-americanos no intuito de fazer frente aos esforços de Moscou, particularmente na área militar, deixando as operações ideológicas como funções auxiliares, Kennan defendia uma estratégia que apostasse na força de atração dos poderes econômico e cultural dos EUA para solapar a dominação soviética no leste europeu. O PPS teria recomendado, por exemplo, a expansão de programas de informação para a Europa Oriental. Entre eles, um dos mais significativos seria o recrutamento de refugiados do Bloco Soviético para “Comitês de Liberdade” no Ocidente. Cf: NSC-68 – United States Objectives and Programs for National Security. [Washington.] April 7, 1950. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68-4.htm>>. Acesso em: 30 de out. de 2010.

²⁵ Grosso modo, a saída encontrada pelo governo norte-americano para manter aberto o canal de negociação com a URSS, ao mesmo tempo em que tomava uma firme atitude de demonstrar que a posição pacífica dos EUA nunca teria mudado, ao contrário do que fazia crer a propaganda soviética. LUCAS, Scott. *Op. Cit.*, p. 287.

²⁶ O funcionamento do IFIS dependia de seu diretor, o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Públicos, e de um grupo, que deveria ser consultado por ele, formado por oficiais do Departamento de Estado, das Forças Armadas, da Marinha, da Força Aérea e da CIA. Essa combinação tornou-se o *Interdepartmental Foreign Information Organization* (IFIO) responsável pelas operações ideológicas em tempos de emergência nacional ou nos estágios iniciais de guerra. Após o início da Guerra da Coreia, o IFIO foi fortalecido e renomeado para *National Psychological Strategy Board*. Cf: *The Intelligence Community 1950–1955*. (Ed. Geral Edward C. Keefer) (eds. Douglas Keane e Michael Warner). Department of State publication 11441 (Office of the Historian Bureau of Public Affairs). Foreign Relations of the United States Series, 2007, p. 632. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.129.3478&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 30 de out. de 2010.

²⁷ O NSC-59/1 tentava acertar os problemas deixados na coordenação e planejamento das atividades ideológicas pelo NSC-43. Este documento responsabilizava o Departamento de Estado pela elaboração de um plano de desenvolvimento dos programas de informação no interior dos EUA e das operações ideológicas secretas no estrangeiro nos estágios iniciais de guerra. Entretanto, o grupo que o Departamento de Estado deveria formar para cumprir tais objetivos entrava em choque com o pessoal do ICS.

²⁸ Pouco depois do início da Guerra da Coreia, no final de 1950, o OPC passou a funcionar no interior da CIA, conforme havia requisitado o novo diretor da agência de inteligência, Walter Bedell Smith, que assumiu a agência em outubro de 1950.

²⁹ National Archives and Records Administration. CREST Documents (CIA Records Search Tool). General CIA Records., ESDN: CIA-RDP86B00269R000900020001-9.. *Op. Cit.*, p. 94.

³⁰ DIZARD, Wilson P. *Op. Cit.*, p. 52.

³¹ O *Jackson Committee* tinha como membros C. D. Jackson e Robert Cutler, assistentes especiais do Presidente, Roger M. Keys, vice-secretário de Defesa, Gordon Gray, então presidente da Universidade da Carolina do Norte e o primeiro diretor do PSB, Barklie McKee Henry, um diretor corporativo, John C. Hughes, fabricante do setor têxtil, Sigurd S. Larmon, presidente de uma grande empresa de publicidade.

³² *The Intelligence Community 1950–1955*. (Ed. Geral Edward C. Keefer) (eds. Douglas Keane e Michael Warner). *Op. Cit.*, pp. 629-635.

³³ Após *Smith-Mundt Act*, de 1948, o *Office of International Information* (OII), dirigido pro George Allen, anteriormente diretor da *United States Information Agency* (USIA), foi separado do *Office of Educational Exchange*. O OII foi, pouco depois, renomeado para *International Information Agency* (IIA).

³⁴ Com o OCB, Eisenhower atendia também uma recomendação de C. D. Jackson de que faltava clareza nas atribuições do PSB e do IFIO, renomeado, após a fundação do PSB, para *Psychological Operations Coordinating Committee* (POCC). Após algum tempo de sua fundação, o OCB absorveu o trabalho do POCC, abolindo-o.

³⁵ Do original em inglês: On June 1, 1953, in accordance with the Reorganization Act of 1949, the President sent to Congress Reorganization Plan n.º. 8, which establish the United States Information Agency as a separated organization of the executive branch of the government and transferred to the Director of the new agency many of the functions vested in the Secretary of State by Public Law 402, the Smith Mundt Act. Executive Order 104777, issued on August 1, 1953, pursuant to Reorganization Plan n.º. 8, authorizes the Director of the Agency to exercise certain authorities available by law to the Secretary of State, including many of the administrative provisions of the Foreign Service Act of 1946; authorities to transfer, acquire, use, and dispose of international broadcasting facilities under the Act of July 9, 1949; e certain minor authorities. Cf: HENDERSON, John W. *Op. Cit.*, p. 304.

³⁶ HAINES, Gerald K. *Op. Cit.*

³⁷ LUCAS, Scott. *Op. Cit.*